

# A Redivisão Territorial Política e o Território do Tocantins

LYSIAS A. RODRIGUES - Coronel Aviador

As crises político sociais que de quando em vez sacodem os países, no decorrer da paulatina evolução secular por que forçosamente passam, crises decorrentes da atuação mais forte ou mais fraca, visível ou não, de fatores internos e externos, principalmente os de caráter geográfico, são os marcos delineadores do seu fâcies político.

Essas crises, por vezes longas, que se repetem, formando ciclos perfeitos, alternados, parecem deixar ver a existência de uma lei de equilíbrio permanente, na sucessiva compensação dos valores. Foi observando essas crises cíclicas que Crozals escreveu:

“Na desordem aparente dos fatos, cuja infinita variedade forma a História, é uma satisfação para o espírito constatar essas grandes correntes que a certas horas parecem arrastar para um fim previamente assinalado, os grupos de acontecimentos e os homens que têm a ilusão de os combinar”.

Aqueles que se dedicaram ao estudo da nossa História, de há muito observaram como os grupos de acontecimentos e os homens que têm a ilusão de os combinar, já nos deram quatro ciclos políticos distintos, perfeitamente demarcados: o *colonial*, o *imperial*, o *republicano* e o *revolucionário*.

Aquí no Brasil, como em outros países, a lei desconhecida que rege tais fenômenos, apresentou-os com valores compensados. Os ciclos colonial e republicano identificam-se pela mesma forma de ação livre e sem peias dos fatores geográficos, na mais ampla ação dissociativa, enquanto que os ciclos

imperial e revolucionário, ao invés, primam em apresentar as características formais da mais rígida ação repressiva à atuação desses fatores.

A descoberta oficial do Brasil por Pedro Alvares Cabral, embora expressasse o desejo de posse da terra brasileira, de forma alguma significava interesse por parte de Portugal em povoá-la e assegurar-lhe o progresso, uma vez que as riquezas fabulosas das índias, obcecavam a ambição e a ganância da gente portuguêsã, e relegavam ao esquecimento a gleba brasileira onde as riquezas ainda estavam por descobrir.

Quando foi necessário a Portugal defender a nova terra de Santa Cruz contra a cobiça desenfreiada da pirataria alie-nígena, de forma alguma olhou a solução política adequada, mas tão somente a satisfação dos desejos dos áulicos, dos favoritos e grão senhores. Daí ser a nova terra dividida em capitã-nias, cuja frente costeira era sabida, mas o interior, o sertão, completamente desconhecido.

A consequência desse erro primário foi que os fatores geográficos atuaram livremente, trazendo um desenvolvimento desigual das capitã-nias, uma evolução dispar desses núcleos iniciais de povoamento.

Diz Oliveira Vianna, analisando esse ciclo colonial:

“O governo português, criando o regime das capitã-nias, criava “ipso facto” a inviabilidade do governo unitário, porque a dispersão desses nódulos de povoamento, a enormidade das distâncias que os separavam, os meios de comunicação mais que rudimentares, precários escassíssimos, forçaram os dirigentes coloniais a abandonar o belo sonho da unidade política e administrativa da colônia”.

Outra coisa não era de esperar, uma vez que a ação poderosamente desintegradora da nossa desmarcada base física de então, cada dia aumentava mais. A livre atuação dos fatores geográficos só se contrapunha, de quando em vez, em certas fronteiras ou no litoral, a ação centrípeta das pressões externas das lutas com os estrangeiros.

Demonstrando a absoluta falta de compreensão do problema, os dirigentes coloniais transformaram "o belo sonho da unidade administrativa e política da colônia" em um terrível sistema de exploração fiscal, absurdo, despudorado, tendo chegado ao cúmulo de mandarem trancar algumas das raras vias de comunicação existentes, advindo como consequência lógica um absurdo maior: a fragmentação do poder como meio de administração e defesa! Caso único na História!

A proporção que esses centros iam-se tornando, por seus próprios recursos, autônomos, ia-se subdividindo e enfraquecendo à força do governo, tanto mais quanto maiores as distâncias e as dificuldades de comunicações. Pela livre ação dos fatores geográficos, passou-se da fragmentação do poder à sua subdivisão, depois à pulverização, chegando-se mesmo, no *hinterland*, à completa anulação do poder. Além dessa ação direta dos fatores geográficos sobre a organização política colonial, houve a ação indireta, que se manifestou pela diferenciação da estrutura político-administrativa, de um modo sensível e considerável, evidenciada na constituição diferente desses órgãos administrativos.

Era esse estado, a ameaça iminente da desintegração política do país.

O segundo ciclo, o imperial, inicia-se com a declaração oficial da independência. "O império herda do Brasil Colônia um território espalhado em quasi vinte partes autônomas com pequeníssimas, senão nulas, relações de interdependência. O sentimento de uma Pátria única não estava formado ainda. As várias capitânicas, que vão ser as futuras províncias do Império, não se sentem membros de uma mesma família.

Cada uma tem sua evolução própria, sua história própria, suas tendências próprias, para este ou aquele ponto de atração.

Era preciso resolver, portanto, não só o problema dominante e supremo da unidade nacional, mas o não menos sério problema da vida legal, da garantia dos direitos individuais e da ordem pública". Isto implicava automaticamente nas obrigações que assumiam os estadistas imperiais, de organizarem uma Pátria, construirem uma Nação, governarem e dirigirem um Povo! Portanto, o ponto de vista essencial, único, da poli-

tica a ser adotada pelo nascente império, era o da reação formal sistemática, absoluta, contra a ação dispersiva e desintegradora dos agentes geográficos, política essa que caracterizou todo o segundo ciclo, o imperial.

Todos os antigos princípios que norteavam a ação dos chefes coloniais, do máximo aproveitamento dos recursos do país em benefício de Portugal, foram renegados, porque o nóvel império tinha o angustioso problema da unidade nacional a resolver, urgindo a criação "de uma hegemonia central a qual ficasse presa essa constelação de núcleos dissociados, trabalhados todos pelas forças do mais intenso centrifugismo".

Felizmente, "a boa estrela do Brasil" de que nos fala Joaquim Nabuco, mostra-se em tôda a plenitude de seu brilho. E' que, para obter êste poder unitário, os estadistas do império encontraram à mão um fator essencial: o reinante. E assim, reagindo contra os fatores geográficos, tôdas as províncias dissociadas refractárias, rebeldes mesmo, vieram pouco a pouco a gravitar em tôrno do centro dirigente, ainda as mais remotas. Sem êste reinante, sem êste fóco de atração, teria sido impossível evitar o desmembramento do país.

Durante todo o segundo ciclo a ação dispersiva dos agentes geográficos coartados se fez sempre sentir, "represálias das causas geográficas comprimidas em sua ação" de que nos fala o sábio Vidal de la Blache, às quais os estadistas imperiais, por vezes são obrigados a ceder momentaneamente, reagindo porém, logo depois, de modo mais duro, mais enérgico.

O Brasil Colonial cedeu completamente aos fatores geográficos, mas, o Brasil Imperial não podia ceder de modo algum, sob pena de sacrificar a integridade territorial do país.

O modo, porém, pelo qual foi contornado o obstáculo, era artificial. Para que a solução fosse decisiva era preciso que tivesse sido resolvido o problema da circulação do país. Unidade política exige circulação intensa, numerosa, rápida, perfeita, daí o esforço dos estadistas imperiais para alcançá-la.

Os últimos anos de império distinguem-se principalmente pela energia empregada em manter o contacto mais íntimo do centro dirigente com as diversas províncias. Surgem as ferrovias, o telégrafo, o cabo submarino, as rodovias, as compa-

nhas de navegação, marítimas e fluviais, procurando levar de vencida, a todo o transe, a força isolante do deserto, e conquistar essa circulação sem a qual é impossível obter a unidade política.

Esse sonho, porém, não foi mais que principiado então. Oliveira Lima achou que "a pessoa imperial agiu como um entorpecente dos fatores geográficos; mas, no momento que a pessoa real perde o prestígio e cai, todo o organismo se esboça ante a fúria dissociativa, de modo que o regime federativo surge como única tábua de salvação, como o único meio de impedir a secessão iminente".

Inicia-se o terceiro ciclo, o republicano, outra vez com a ação desabalada dos fatores geográficos, que, tendo derruído o trono imperial, chegam ao auge com o municipalismo. A tendência de desagregação dos Estados aumenta, estimulando os regionalismos de caráter separatista, realmente perigoso para o país. Porém, se o ciclo republicano iniciou-se cedendo aos fatores geográficos, a mentalidade do fim do ciclo imperial, da necessidade de um máximo de circulação, é transmitida integralmente aos estadistas republicanos, com o melhor meio de combater esses fatores.

Por todos os meios e modos manifestou-se essa preocupação constante dos estadistas republicanos, quer na ampliação das redes rodovias e ferroviárias, como nas telegráficas, telefônicas e radiotelegráficas, mas, sobretudo, na facilitação da abertura das linhas aéreas comerciais, inicialmente só pelo litoral do país, tudo fazendo para obter esse imprescindível máximo de circulação.

O brilhante autor da "Evolução Social do Brasil" apreciando a situação do país no ciclo republicano faz a sábia ponderação seguinte:

"Insuficiente e geograficamente mal distribuída a nossa rede ferroviária na sua expansão republicana denuncia um pensamento superior, não tanto de circulação propriamente dita, como de articulação das diversas regiões do país. No seu rápido esgalhar para o norte e para o sul, na sua inflexível projeção para

o âmago dos nossos sertões, sente-se que a idéia que anima é, antes de tudo, a de prender em seus tentáculos de aço as diversas porções isoladas, dissociadas, da nacionalidade. O pensamento de sua expansão é menos econômico do que político”.

Razão sobeja tinha o sociólogo patricio em fazer tais considerações, porque socialmente, foi o Brasil desde sua descoberta, um vasto arquipélago.

Daí a tendência inata de nossa rede ferroviária, por ele tão bem analisada.

No terceiro ciclo, com a absoluta descentralização republicana, os fatores geográficos agiram livremente. Em quase todos os Estados, sendo reduzidíssimos os elementos capazes de os dirigir política e administrativamente, houve por toda a parte erros irreparáveis, fracassos dolorosos, desmandos, desordens, abusos de toda a classe, que vieram somar-se à ação dos fatores geográficos, dando como consequência aflorarem em chagas vivas tão dolorosas, que o povo brasileiro sentia-se como o povo europeu do século XV, apreciado pelo historiador Rocha Pombo assim:

“A sociedade do ocidente parecia concentrar-se em si mesma, suspirante por alguma coisa nova que seu coração talvez pressentisse, mas que o seu cérebro ainda não se mostrava capaz de perceber”.

Era que um novo ciclo se avizinhava. A evolução da mentalidade do povo precipita os acontecimentos, e uma crise política provoca a eclosão do quarto ciclo, o ciclo revolucionário.

Desde seu início o quarto ciclo político brasileiro apresenta-se com as mesmas poderosas características do ciclo imperial, pela violenta campanha que desde logo encetou contra os fatores geográficos.

A mudança de sinal do ciclo, acarreta sempre perturbações político-sociais profundas, maxime quando o surto de um ciclo novo é conseqüente de um movimento revolucionário.

O Brasil viveu alguns anos do início desse ciclo revolucionário sob uma tensão política enorme, fruto da luta travada com os fatores geográficos em vias de encadeamento. Reações violentas, tentativas frustradas de idealismos esdrúxulos, experiências dolorosas, tateamentos do caminho a seguir.

Porém, o desejo de acertar, de agir de acôrdo com a realidade, com os interesses do país, era mais forte, era pleno de energias viris e sadias. Daí o Estado Novo.

A impossibilidade material de estabelecer uma densa rede de ferro e rodovias é substituída pela rede de aérovias, que rapidamente cobre todo o país; a dificuldade de estender fios telegráficos por todo o território nacional é suprida com a implantação de postos radiotelegráficos por toda a parte. Estimulou-se a navegação fluvial e marítima, organizaram-se os planos nacionais, rodoviários e ferroviário, ao mesmo tempo que uma centralização enérgica era desenvolvida pelo Governo Federal, cortando cerce regionalismos doentios, coibindo expansões políticas absolutas, estabelecendo uma só bandeira, a nacional, um só hino, o do país, sob a mística soberana: grande, só o Brasil!

De tão acertadas medidas decorrem conseqüências de imenso benefício para o progresso do país, que começa, enfim, a marchar seguramente para os seus altos destinos.

Mas, estava escrito que essa marcha não seria sem tropeços. As nuvens negras da guerra que sombreavam todo o mundo, de repente eclodiram. A interdependência estreita que junte hoje em dia todos os países, arrastou-nos no turbilhão da guerra. Suas exigências rígidas, suas duras imposições, pesaram de súbito sobre o Brasil fazendo ressaltar o grave defeito de nossa divisão política, pouco diferente daquela do Brasil colonial.

Nossa situação de arquipélago social foi claramente evidenciada, com todo o cortejo de prejuízos e dificuldades dela decorrentes. A tentativa de obtenção do máximo de circulação encetada pelo Governo federal, forçosamente vagarosa pela escassez de recursos financeiros, de aparelhamento técnico, mas, sobretudo, pela imensidão das distâncias, houve que ser rapidamente incentivada com sacrifício imensos.

E como o nervo da guerra é o dinheiro, o Brasil viu refletir-se de imediato em sua situação econômica e financeira o erro de sua divisão política; os problemas da paz, de relevância extrema e conseqüências imprevisíveis, exigem solução antecipada, dando como resultado aqui, não uma sensível melhoria da situação política, mas um fundo desassocego, enorme descontentamento, aspectos evidentes da enorme tensão, quase de reação.

Que significa isso?

Senhores, não há negar, estamos em vésperas de um novo ciclo político no Brasil.

Politicamente, sabemos que ele não poderá tender para a direita nem para a esquerda, mas, sim, marchando em linha reta para a frente, adotará uma solução puramente brasileira.

Se a ordem cronológica em que os ciclos anteriores se verificaram continuasse, deveríamos esperar um novo ciclo político em que os fatores geográficos, a haver incompreensão dos dirigentes, atuassem de novo sem peias nem medidas.

Seria a desgraça do Brasil, presa fácil da cobiça alienígena, de ha muito desejosa de apossar-se da porção opima que é a nossa Pátria. Seria sua dissociação, sua partilha pelos mais fortes, aqueles que ainda hoje chamam a si a solução dos problemas mundiais, sem levar em conta a igualdade que deve existir entre tôdas as nações em seus direitos e deveres.

Não podemos consentir que tal se verifique. Analisemos qual a causa dessa situação e verificaremos facilmente que ela é uma e única: a divisão política colonial que ainda mantemos.

Tanto é ela, que, desde logo, a guerra forçou o Governo federal a demilitar uma faixa fronteiriça, e pouco depois, prever dez territórios federais, balizando-a, dos quais cinco já estão organizados e em funcionamento legal.

Graças a Deus, a Paz avizinha-se a largos passos, com a vitória das Nações Unidas. Se a guerra foi deveras dura, exigindo esforços sobrehumanos de toda a humanidade, não menos dura, não menos exigente de sacrifícios será a batalha da Paz. E esta batalha da Paz acarreta para o Brasil a solução imediata do seu magno problema, o da redivisão política do seu

território, o mais grave problema que o Brasil já teve que enfrentar.

Estudai todos os problemas brasileiros que pedem solução, e em última instância, ireis esbarrar sempre com a redivisão política.

Já pressentimos a aproximação de um novo ciclo político para o Brasil, como consequência direta da guerra e da batalha da Paz, e tudo indica que a nova estrutura política brasileira terá de basear-se nessa solução do problema da redivisão política do país.

O Presidente Vargas, que com a sua presciência política soube dar-nos um Estado Novo com todos os elementos para que o Brasil suportasse os efeitos drásticos da guerra mundial, com pequenos sacrifícios e grandes vantagens do país, e sem ter necessidade de alterar nesse período a estrutura política que adotamos, êle saberá dar-nos uma nova estrutura política de acôrdo com as exigências da Paz, com a jugulação completa dos fatores geográficos. E isso é possível facilmente, porque, como diz Teixeira de Freitas:

“Temos agora, por um complexo de circunstâncias como a História dificilmente nos deparará outro, um Govêrno com autoridade suficiente para desencadear as esplêndidas energias criadoras da Nação e canalizá-las em novos e sábios quadros institucionais, distribuindo-se sob influxos salutares por todos os rincões do território pátrio”.

A criação de vários territórios federais é a mais clara evidência da necessidade imperiosa que tem, de ser atacado, êsse problema máximo do Brasil, mais de acôrdo com a realidade nacional, corrigindo desigualdades, dissemelhanças e dissemetrias, flagrantes em todo o país.

\* \* \*

Mas, vejamos o problema da redivisão política em si mesmo. Desde José Bonifácio e Antônio Carlos de Andrada, que em 1823 tentaram introduzir na Constituição em debate, uma

nova redivisão política do país, até hoje, podemos dizer que todos os grandes vultos do país enfrentaram decididamente este problema, sem conseguirem, vê-lo solucionado. Varnhagem, Pimenta Bueno, Fausto de Souza, Cândido Mendes, Tavares Bastos, Rangel Pestana, Quintino Bocayuva, Magalhães Castro, Amaro Cavalcanti, Felisberto Freire, Alberto Torres, Carlos Maximiliano, Afonso Celso, João Ribeiro, Sílvio Romero, Everardo Backeuser, Max Fleiuss, Oliveira Viana, Segadas Viana, Teixeira de Freitas e tantos outros, formam uma falange de inteligências brilhantes a propugnar pela solução do mais importante e premente problema do Brasil. Essa pleiade de homens de valor, é a própria consciência da nação, a reclamar a solução urgente desse magno problema.

Se, no dizer do Gen. Bandeira de Mello, “a república veio encontrar latente nos meios cultos a imagem ainda imprecisa do revisionismo”, essa idéia amadureceu no período republicano, e já no começo do ciclo revolucionário, em 1933, eclodia soberana no relatório da “Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal”, nomeada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, onde consta textualmente:

“A divisão territorial do Brasil é má e anticientífica, por ser um aleijão geográfico e ter havido descritério político nos desdobramentos posteriores das capitâneas, agravado com a deformidade da estrutura física e o descaso da república federalista”.

Queremos crer que o erro da divisão política deficiente do Brasil, estava na consciência dos nossos dirigentes desde o Brasil colônia.

No entanto, o Brasil perdeu a oportunidade de corrigi-lo em 1823, em 1889, em 1930, em 1933 e em 1937 com o Estado Novo. Já agora seis novos Territórios Federais estão organizados; mais cinco outros, previstos na região fronteiriça terrestre, hão de breve ter organização.

Não vamos, aqui, apreciar as imensas e inúmeras vantagens que decorrem desses atos. Estão no consenso público, tão óbvias são.

Desejamos apenas dar-vos mais uma prova da necessidade, da imperiosa necessidade dessa redivisão política. Se traçardes uma linha acompanhando o curso do rio Tocantins e seu afluente o Araguaia, continuando pelo rio Paraná abaixo, verificareis que essa linha divide o Brasil em duas porções quase iguais; à direita encontrareis quase uma vintena de organismos estatais, enquanto que à esquerda, só três Estados. Tal fato mostra claramente o absurdo da atual divisão política. Se olhardes o mapa do censo demográfico de 1940, com espanto verificareis que aquela zona à esquerda da linha traçada é, francamente despovoada, quando não desconhecida dos civilizados. Diz Alberto Whately. "A condensação econômica e demográfica do litoral atlântico aposta ao completo abandono em que se encontra o Brasil interior, configura em seus descladores detalhes o desequilíbrio constitucional que deforma nossa evolução econômica condensada na periferia, enquanto suas energias potenciais profundas esperam pacientemente a integração dos grandes vassios demográficos".

Impõe-se, pois, uma nova divisão política do país, capaz de atender ao imperativo da "conquista do Brasil pelos brasileiros", antes de povoá-lo e civilizá-lo. E urge essa providência, se quizermos que o signo do novo ciclo político que se avizinha seja de fato o de combate feroz aos fatores geográficos.

Queremos crer que o Governo federal estudando a fundo o problema da redivisão política do país, chegou à conclusão de que tal medida, por certo drástica, não deveria ser executada "in totum" de uma só vez. Daí os territórios federais fronteiriços e o de Fernando de Noronha, cujas finalidades o Presidente Vargas apontou no seu notável discurso de Guaira.

Então, se assim é, o clamor que sobe de vários recantos do país, solicitando a criação de novos territórios federais, pode e deve ser atendida, porquanto vem ao encontro das realidades e necessidades nacionais.

O incessante pedido das populações do Tocantins, do sul de Mato Grosso, do Triângulo Mineiro, do oeste do rio S. Fran-

cisco, e de tantas outras regiões, é a mais viva materialização de uma necessidade nacional urgente, na sua mais expressiva demonstração.

Senhores, acredito que todos vós sabeis que de há muito me bato pela criação do Território do Tocantins. Acabais de ver que a criação de um território será mais um elo de fortalecimento da unidade nacional, mais um passo em frente para a conquista, ocupação e civilização do nosso imenso hinterland. Mais, será um novo foco de progresso plantado bem no meio de nosso Brasil, um benefício imenso àquelas populações abandonadas e exploradas, o maior bem que se possa fazer ao nosso Brasil.

Permiti, pois, que vos fale um pouco sobre a região tocantina.

A força isolante do deserto desde há séculos insula completamente o bravo povo tocantino. É uma dura contingência do meio físico, é a consequência natural de fatores geográficos imanentes, essa série sem conta de obstáculos postos no intercâmbio com as regiões limítrofes, essas dificuldades sérias antepostas mesmo ao controle eficiente do governo federal.

Plantado no coração do Brasil, não pôde nunca a zona tocantina gozar facilmente das benesses da civilização do litoral; ainda hoje, pouco mais fazemos do que carangueijar pela costa, como já clamava ha séculos Fr. Vicente de Salvador.

No entanto, os filhos do Brasil culto, esses que gozam da civilização que lhes aporta de continuo de além mar, não só não se preocupam em levar a cultura e a civilização aos seus irmãos sertanejos, como ainda aproveitam todo e qualquer motivo para ridicularizá-los, nem sequer levando em consideração o esforço másculo por eles empregado em conseguirem o que têm, desdenhando até sua preciosa e patriótica cooperação.

Desde o Brasil colônia vêm as plagas tocantinas sendo relegadas ao esquecimento, postas à sombra como se fossem regiões sem valor algum.

Se alguém, como Couto de Magalhães ou Coudreau, levanta a voz para cantar a beleza e a riqueza do vale do To-

cantins, sua voz não ecôa pelo Brasil em fóra; si um Cunha Matos ou um Ayres do Casal mostra a aspereza da vida naquelles sertões, ninguém aparece para tentar siquer ajudar aquelles patricios nossos.

Dura é a vida dêsses brasileiros, deixados ao léo da sorte, malsinados, desamparados, sem auxílio de qualquer espécie, e no entanto tão cheios de patriotismo, de bravura e de resignação.

A região tocantina é, não há negar, áspera e bravia; constituindo a parte norte do Estado de Goiaz, a mais preciosa gema da corôa Portuguêsa do Brasil Colônia, acha-se entaipada pela fereza dos seus limites, permanecendo selvagem e adusta até hoje, à espera de que os bons brasileiros a integrem de vez nesse todo indivisível e uno que é o nosso Brasil.

Parte integrante que é do Estado de Goiaz, a região tocantina, sofreu com êle suas vicissitudes, seus males e nunca seus raros benefícios.

A capitania geral de Goiaz foi criada a 7 de Novembro de 1744, porém, só em 1749 foi que seu 1.º governador, D. Marcos de Noronha, fixou seus limites. Abrangiam êles um mundo de terras selvagens e desconhecidas quase, que se estendia em latitude por mais de 300 léguas, desde a cachoeira de Itabôca, na fronteira do Grão Pará, às margens do Rio Grande, que era a divisa com São Paulo; em longitude, Goiaz estadeiava desde a serra dos Arrependidos, que marcava os limites das Gerais, até ao Rio das Mortes onde Mato Grosso confinava.

Era um estendal de campinas verdejantes, regadas por abundantes águas, planaltos altaneiros se alteiando em seu centro, matizados de árvores floridas das mais variadas cores vivas; a contrastar com a beleza incrível das paisagens, a mata virgem verde escura formando o fundo do quadro maravilhoso que era a nova Capitania Geral dos Guaiazes.

Um clima delicioso, assegurado pelos aliseos constantes do nordeste e pela altitude dos planaltos, rivalizava em excelência com a riqueza espetacular do sub-solo.

A princípio foi só o ouro, que Sebastião Marinho descobrira nas nascentes do rio Maranhão. Êle rodopiava nas baiteias em pepitas enormes e em quantidade nunca vista. De-

pois riquezas sem par foram verificadas; diamantes, cristais, níquel, chumbo, mármore, gesso, pedras semi-preciosas, todo um mundo de abundância estonteante. Sem dúvida alguma, profundamente errados andavam os aventureiros que buscavam no vale amazônico o sonhado El Dourado! Sim, porque se havia um Eldorado, este estava nessa região maravilhosa!

Desde que Portugal teve conhecimento das imensas riquezas ali existentes, que vieram mesmo ofuscar aquelas de que se gabavam de possuir os espanhóis no Perú, afanou-se o governo luso em montar uma máquina exploradora terrível, sob o simbólico rótulo "fiscal".

Não faltou idéia exploradora que não fosse aproveitada. Quintos de ouro, dizimos, dádivas, "expontâneas" aos príncipes casadoiros, taxas, impostos, sizas, arrecadações, direitos de entrada, direitos de passagem nos rios, arrematações, coletórias, enfim, de todos os expedientes lançaram mão os portugueses, até não encontrarem mais coisa alguma que pudesse dar-lhes o direito de extorsão do povo daquela Capitania Geral dos Guaiazes.

E não eram só os renóis os gananciosos; as autoridades portuguesas ali instaladas, ansiava por enriquecer, rapidamente, qualquer que fosse o meio, até honestamente, se possível. De quando em vez o governo português determinava uma devassa, e surgia logo um escândalo cabeludo. Nem mesmo os governadores de Goiaz estavam isentos, e prova é, a devassa contra D. Alvaro Xavier de Botelho Távora, que foi julgado e condenado, juntamente com quatro ouvidores, dois provedores da fazenda real, doze empregados de provedoria e outros servidores menos graduados. Era enfim o roubo arregimentado!

E' que a extração do ouro montava a somas fabulosas. Apesar dos roubos, contrabandos e perdas, só em 1755 atingia em Goiaz a mais de 200 mil oitavas! Uma pepita achada por Amaro Leite pesava 20 kgs. 250 grms.; Em Arraias, diz o cônego Pizarro, foram encontrados aluviões tão ricos que "davam 60 oitavas de ouro por bateada". Mas, as minas goiâneas, então exploradas, não era inexauríveis, e já em 1805 a explo-

ração do ouro em Goiás baixava à expressiva soma de pouco mais de 15 mil oitavas, produção assim mesmo notável.

Foi, porém, o esgotamento da possança aurífera de Goiás a salvação de sua gente. O norte do Estado, a região tocantina, ficou pode-se dizer, intacta, à espera do Brasil de hoje para aproveitá-la, a bem de sua grandeza e seu poderio.

Esgotada a riqueza de Goiás, pelo menos assim o supunham os portugueses, foi a capitania geral relegada ao abandono completo. Mas, já a ação dos fatores geográficos pesava sobre terras goiâneas; em 1815, perde Goiás para a Capitania do Maranhão largo trato de suas terras do vale tocantino, e mais ao sul, toda a região conhecida por Farinha Podre, o atual triângulo mineiro, em benefício das Gerais. A ganância das áreas territoriais não se justificava de forma alguma por essas capitanias, já de se imensas, uma vez que até agora largos tratos de suas jurisdições não gozam ainda dos mil benefícios da civilização de hoje. Parodiando o dr. Oclécio Martins podemos dizer que "Goiás ainda é uma monstruosidade geográfica tão grande, que desanima quase vencer as distâncias de seus extremos".

O Império olhava Goiás como se aquela província fôsse apenas o fundo do quintal; a República foi mais longe, pois houve alguém que considerasse Goiás e o Piauí como "meras ficções geográficas". Mau grado êsse ponto de vista dos governos imperial e republicano, o sul do Estado de Goiás prosperou e desenvolveu-se, graças exclusivamente aos esforços de seus filhos.

Tão grande é em Goiás essa ansiedade pelo progresso e pela civilização, que, segundo Carvalho Ramos, não hesitou em fazer a sua secular capital, a Vila Boa de Goiás, "marchar ao encontro dos trilhos da via férrea que deviam um dia atingi-la", ressurgindo em uma nóvel capital, a ridente Goiânia. Inconsciente embora, Goiânia é sem o saber um exemplo objetivo gritante para o Brasil. O deslocamento da velha capital para a nova, não foi segundo o sábio plano do Presidente Vargas "rumo a oeste", e sim para sudeste. Por que? porque entre ambas medeiava quase o vazio. Era preciso voltar à orla do Brasil ocupado e civilizado, aí retomar forças para poder

levar mais para oeste o progresso. No norte de Goiaz a civilização incipiente parou na margem direita do Tocantins.

Mas, o valioso vale do Tocantins, êsse ficou enquadrado pela força isolante do deserto. A revolução de 30 veio encontrar o norte de Goiaz completamente segregado do Governo estadual. O único pulmão por onde respirava então a zona tocantina, era Belém do Pará, por meio do encachoeirado Rio Tocantins, exclusivamente.

Em 1931, quando pela vez primeira procuramos penetrar no Vale Tocantins, os moradores do sul do Estado consideravam rematada loucura tentar tal viagem. Desconhecimento completo do que era o vale tocantino, pela absoluta falta de vias de comunicação e nada mais.

Anos depois o vale tocantino recebia do governo federal a benção magna de uma rota aérea do Correio Aéreo Militar, que embora usando aviões pequenos e uma só vez por semana, prestou e presta ainda relevantísimos serviços, não só aos tocantinos, mas ao próprio governo federal. Acontece, porém que um único benefício, por grande que seja, e êste inegavelmente o foi, não passa de gota d'água no oceano das necessidades imensas daquela gente do norte de Goiaz, tão merecedora de nosso integral apoio.

Depois de percorrermos o vale tocantino desde Formosa a Belém do Pará, por terra e pelo ar, pudemos melhor avaliar a dívida imensa do Brasil para com aqueles seus abnegados e patrióticos filhos. Conquistados por êles, pusemos-nos em campo para ajudá-los em todos os setores ao nosso alcance.

Tendo tido a honra de sermos designados representante do Ministério da Aeronáutica junto à Comissão do Plano Rodoviário Nacional, pudemos bater-nos com alma e coração pela grande rodovia Belém do Pará-Santana do Livramento, que traça, pode-se dizer, a espinha dorsal do Brasil, servindo todo o vale Tocantino, e que foi batizada com o feliz e simbólico nome de *Transbrasilliana*, sugerido pelo dr. Teixeira de Freitas. Hoje a *Transbrasilliana* faz parte do Plano Rodoviário Nacional.

Igualmente envidamos esforços para o estabelecimento ali de uma rota aérea comercial, e graças à boa vontade e pa-

triotismo do dr. Junqueira Ayres, então diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, foi feita a concorrência para a ligação aérea comercial Goiânia-Carolina, tendo sido vencedora a Viação Aérea S. Paulo, que breve iniciará seus serviços regulares. Já outras companhias aéreas comerciais se aprestam também a iniciar serviço regular naquelas paragens.

Seriam essas providências suficientes? Por certo que não. O governo estadual não se interessou nem se interessa pelo vale tocantino, a não ser sob o ponto de vista fiscal. Só o governo federal poderia meter ombros a essa tarefa homérica. Surge então logicamente a idéia da criação do Território do Tocantins, abarcando de início todo o vale tocantino, como solução ideal da conquista efetiva do vale do Tocantins para o Brasil!

Vasto é o nosso território. Vasto, rico, apenas com densidade demográfica apreciável em menos da metade de sua área. Pode-se dizer mesmo que dois terços do Brasil estão por ser conquistados pelos brasileiros. E não é só conquistar. É povoar, abrir estradas, sanear, dar instrução, civilização e progresso a esse colosso!

A nóvel geopolítica, abriu os olhos dos brasileiros que estudam, para o perigo que nos ameaça, porque, uma de suas leis *estatuí* que os grandes tratos de terra sob um mesmo domínio, impõe automaticamente a criação de um dogma imperialista local.

Devemos preparar-nos para essa eventualidade de defesa dos nossos direitos e de confirmação de nossas possibilidades. Não pesam sobre o povo brasileiro intuítos imperialistas, que não sejam aqueles de conquista e posse de nosso próprio território. Ambicionamos nosso lugar ao sol, pelo prestígio de nossa inteligência, pela grandezza de nossos sentimentos, pela nobreza de nossas atitudes, pelo esforço industrial e comercial de que fomos capazes, porém, isto não significa que seremos prêsas imbeles de quem quer que tente apossar-se do que nos pertence, há séculos, legado pelos nossos maiores, os bravos portugueses.

Para tanto, basta e é suficiente, que todos nós cerremos fileiras para que o Brasil complete a obra iniciada da redivi-

são política territorial do Brasil, fazendo-a mais consentânea com as realidades e necessidades nacionais.

Inicialmente o nosso projetado Território do Tocantins, foi baseado no projeto de redivisão política territorial do dr. Teixeira de Freitas, o culto e brilhante Secretário Geral do Instituto de Geografia e Estatística, porque tal projeto era o único que daria ao Brasil um novo fâcies político sem violentar ferrenhos preconceitos regionalistas, nem ferir melindres de mentalidades pouco avisadas ou interêsses políticos subalternos.

O projeto Teixeira de Freitas apresentava-se realmente sedutor, baseado como era em razões sólidas, e atendendo as premissas geopolíticas que melhor justificavam os interêsses nacionais.

E' bem verdade que, desde que o plano Teixeira de Freitas foi lançado, modificou-se radicalmente o cenário mundial, onde entraram em jôgo forças poderosas, incontroladas muitas, provocando profundas modificações em todos os países; daí a necessidade de ser êle modificado.

Se hoje em dia, vemos e escutamos o clamor dos apelos, das petições, das implorações que são feitas pelas populações de numerosos municípios do interior do país ao Sr. Presidente da República, não só aqueles das proximidades do esperado Território do Tocantins, como de várias outras regiões do país, é que os Estados a que elas pertencem são incapazes de lhe levarem o progresso e a civilização, lançam-nas no desespero com a extorsão fiscal, obrigando-as inconscientemente a buscarem o lenitivo do contrôle federal direto.

Há 120 anos o govêrno goiano não visita a região que aspira converter-se em Território do Tocantins. Se dermos agora, rapidamente, um balanço no que é essa imensa região de 300.000 km<sup>2</sup>, onde vivem quase 200.000 almas, 200.000 bons brasileiros, sentireis o rubor da vergonha corar vossas faces ante a crueza da verdade. Não há uma só rodovia. Os raros caminhos ali existentes, são abertos pelas patas dos animais ou pelas rodas de um auto caminhão. São os tropeiros e os chauffeurs os heróis dessa conquista. Êles partem levando consigo ferramentas de sápa, que lhes permitam fazer o milagre

de levar a carga a destino. Os rios são atravessados nos váus, e se chove e as águas crescem, com uma paciência beneditina vê-los-eis acampar sumariamente à margem do rio, aguardando que o váu possa ser de novo transposto. Dias e semanas decorrem! Meses não raro!

Como se difundiu "urbi et orbe" que o rio Tocantins era navegável, naturalmente direis: Mas eles não precisam de estradas! Eles têm o rio Tocantins!

O Rio Tocantins! Realmente êle é navegável, mas, na época das chuvas, no período que no sertão chama-se o inverno. E o é, porque então as águas sobem escandalosamente no leito do rio, 15, 20 ou 25 metros, como sucedeu ainda agora neste inverno, e então as águas cobrem tôdas as corredeiras, tôdas as cachoeiras, dando livre navegação até mais a montante de Palma, hoje rebatizada por Paraná.

Porque no resto do ano, as inúmeras corredeiras são um contínuo sorvedouro de vida, embarcações e mercadorias. Nós descemos o Tocantins, na estiagem, de Palma a Belém do Pará, e conhecemos as centenas de corredeiras que ali existem, pessoalmente. Como, pois, vai essa região progredir sem ter as vias de comunicação necessárias? Os americanos, precisando para a guerra, urgentemente, de cristal, mica, diamantes, etc. levaram seus aviões de transporte a campos preparados ao lado dos garimpos.

Escolas? Nessa imensa zona há apenas 9 escolas primárias. Estranhareis o alto coeficiente de analfabetismo? Não há mesmo uma única escola federal.

Tudo o que ali existe é o esforço particular exclusivo de seus habitantes. São aqueles heróis, cheios de patriotismo que isolados, abandonados, sem esperanças, voltam-se ainda angustiosamente para o governo federal, clamando pela libertação, pelo novo 13 de Maio que possa dar-lhes escolas, estradas, pontes, saneamento, remédios, instrução, navegação segura, luz, água, esgotos, técnicos que explorem suas riquezas, especialistas que lhes ensinem a tirar o melhor proveito da terra e de suas criações.

Hoje, a cidade de Natividade é bem o símbolo dessa região tão linda, tão rica e tão abandonada. Tem campo de

aviação e não aterram nele os aviões; tem escolas que não funcionam por que o pardieiro em que as localizaram ameaça ruir a todo o momento; tem igreja, cujo rebôco e sino foram dosados com ouro, não tendo padre para dirigir as cerimônias religiosas; o correio passa meses sem chegar até lá. Tudo está fechado. Tudo vegeta miseravelmente.

Só uma coisa floresce. Só uma coisa prospera a olhos vistos. O regime fiscal. Tudo ali está fechado, senhores, até o cemitério local. Mas, as três repartições fiscais ali estão funcionando regularmente, exaurindo uma população que não recebe um benefício por ínfimo que seja!

Senhores! Aí está a razão pela qual eu me bato e combato pelo Território do Tocantins. E' nosso dever vir em socorro de nossos irmãos sertanejos, simples, bons, leais, patriotas, e como nós bons brasileiros.

E agora, eu apelo para o vosso coração! Eu apelo para o vosso espírito esclarecido e vosso patriotismo! Eu apelo para os vossos sentimentos e vossa razão, para que cerreis fileiras comigo nessa obra patriótica de conquistar essa região para o Brasil, para os brasileiros, lutando pelo Território do Tocantins! Lutar por êsse Território, é lutar pela redivisão política, é lutar pela grandeza do Brasil!

---